



**Ata da reunião ordinária da Câmara Municipal de Ibiaí-MG**, realizada aos 15 dias do mês de abril de 2019 às 19:00 horas. O Sr. Presidente vereador Robson Muniz Pereira, havendo número legal de Vereadores, sob a proteção de Deus e em nome do povo de Ibiaí, declaro aberta a sessão. Solicita do secretário que faça a leitura da pauta e em seguida a leitura da ata. Após um breve debate a mesma é colocada em votação onde o vereador Gilson Moreira se absteve do voto. Os demais votaram pela aprovação. O sr. Presidente neste momento recebe dos vereadores os requerimentos de números: 003 e 004 do vereador Gilson Vieira; 001 do vereador Elisson Alan; 005 do vereador Marcos Ramos e 001 da Comissão Permanente de Finanças e Tomada de Contas. Todos os requerimentos foram aprovados. O sr. Presidente Robson Muniz Pereira informa que o **PROJETO DE LEI Nº 005/2019** – Modifica a redação do caput do artigo 33 da Lei Municipal 405/2015 e dá outras providências, foi devolvido por solicitação do autor conforme of. 029/2018. Iniciando a pauta é colocado em discussão o **PROJETO DE LEI Nº 001/2019** – Dispõe sobre a compensação de créditos inscritos ou não em dívida ativa, com débitos da fazenda pública municipal e dá outras providências. É feita a leitura dos pareceres jurídico e das comissões ambos pelo favoráveis aos prosseguimento da matéria. Após um breve debate o projeto é colocado em votação sendo aprovado por unanimidade. Passa-se ao **PROJETO DE LEI Nº 004/2019** – Institui o programa de recuperação fiscal (REFIS – MUNICIPAL), concede anistia de multas, juros e correção monetária, e dá outras providências. Este projeto recebeu pareceres favoráveis ao prosseguimento. Em votação o mesmo é aprovado por unanimidade. Prosseguindo os trabalhos passa-se ao **PROJETO DE LEI Nº 006/2019** – Dispõe sobre a alteração da remuneração dos agentes comunitários de saúde – ACS e dos agentes comunitários de endemias – ACE, nos termos da Lei nº 13.708, de 14 de agosto de 2018. O sr. Presidente informa que este projeto vem adequar o pagamento dos Agentes de acordo com o programa, uma vez os ACS e ACE são remunerados com recursos específicos disponibilizados pela União, que por sua vez é o responsável pela fixação do favor a ser pago. O projeto recebeu pareceres



